

Os rumos da conversão

Aplicações, um ponto fundamental

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A partir da desvalorização da dívida externa brasileira no mercado secundário internacional e do maior interesse da parte de bancos credores e outras instituições financeiras — em movimentar dinheiro envolvendo os títulos de crédito representativos da dívida dos países em desenvolvimento —, o governo montou seu projeto de conversão em investimento de risco.

Desde que o programa começou a operar, em fins de março, com o primeiro leilão de deságios realizado na Bolsa do Rio de Janeiro, o Banco Central (BC) busca o seu aperfeiçoamento. Além da grande preocupação com a conversão informal, que não passa por leilão, o BC pretende cercar-se de maiores cuidados para que a conversão formal não fuja do propósito de ampliar investimento interno, usando como "gancho" a compensação financeira da aquisição de um papel de crédito que vale 100 originalmente por um preço que hoje corresponde praticamente à metade no mercado.

Um dos pontos para o qual o BC quer prestar mais atenção é fundamental dentro do projeto: saber se, efetivamente, os recursos que tiveram a conversão autorizada estão sendo aplicados nos projetos destacados nas propostas. O chefe do Departamento de Fiscalização e Registro do Capital Estrangeiro (Firce) do BC, Olímpio Lopes Ferreira de Almeida, adianta que existe um entendimento entre o BC e os organismos envolvidos com os investimentos nas áreas incentivadas (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — Sudene —, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — Sudam — e, no caso da conversão, com o governo do Espírito Santo) para acompanhar a execução dos projetos destinados àquelas áreas.

"Já houve visitas em caráter de auditoria a quatro ou cinco empreendimentos na área da Sudene e aguardamos agora os resultados", explicou ele. Também para as demais áreas, o BC está acertando com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um plano de acompanhamento dos projetos de investimento oriundos da conversão da dívida.

Quando os primeiros resultados aparecerem é que se saberá, a nível dos empreendimentos, o volume de recursos que foi de fato investido

com os recursos convertidos da dívida externa.

O aperfeiçoamento do projeto de conversão é uma atribuição a mais que o Firce se vê obrigado a enfrentar desde que passou a ser o principal departamento do BC envolvido nas várias formas pelas quais a dívida pode ser trocada em investimento de risco. O número de funcionários do Firce, que era de 157 em 1979, caiu para apenas 98, embora a responsabilidade tenha aumentado. E atribuição do departamento, por exemplo, analisar todos os pedidos de conversão que passam por leilão, além da conversão dos depósitos da 230 e da 432 e também do acompanhamento da conversão informal.

Com o movimento que tomou a prática da conversão, levando os papéis a serem trocados de "dono" com certa velocidade, já houve caso de rastreamento de credores — o BC, ao avaliar um pedido de conversão, precisa encontrar o credor original para dar baixa no registro daquela dívida — que envolveu para uma única proposta de conversão 52 transações diferentes com os títulos de crédito. Todo este trabalho acaba influenciando no ritmo da apreciação das propostas.

Na época da Circular nº 1.125 — que foi usada até 20 de julho do ano passado, quando o BC decidiu não mais receber propostas dentro da antiga sistemática —, o processo operacional está bem mais simples: não existia a "figura" do deságio interno e a conversão só era permitida (conforme ficou definido a partir de 1985) para o credor original.

O Banco Central está prevendo um volume recorde de remessas de lucros pelas empresas estrangeiras ao exterior para este ano. As projeções oficiais indicavam, até meados do ano, que a remessa de lucros seria de US\$ 1,4 bilhão; agora, o BC estima US\$ 1,7 bilhão — US\$ 800 milhões a mais do que o total registrado no ano passado. Um dos principais motivos para esse aumento significativo é a possibilidade de as empresas obterem gordos lucros em operações que combinam remessas com conversões da dívida externa em investimentos. Em vez de simplesmente reaplicar os recursos no Brasil, a empresa remete oficialmente seus lucros ao exterior e usa esse dinheiro para uma operação de conversão.

(Ver página 12)

